

EMPREENDEDORISMO E O MUNDO DO TRABALHO: O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DE JOVENS

ENTREPRENEURSHIP AND THE WORLD OF WORK: THE ROLE OF THE TEACHER IN THE FORMATION OF YOUNG PEOPLE

Marta Bramuci de Freitas

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil. E-mail: bramuci.a.s@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v1i3.37>

Recebido em: 08.10.2020

Aceito em: 14.12.2020

Resumo: O Estado neoliberal vem atribuindo na contemporaneidade, crescente importância ao empreendedorismo e delegando ao trabalhador o compromisso de intervenção nas questões sociais. Este trabalho tem por objetivo apresentar um relato da experiência realizada por esta docente por meio da exposição e debate sobre o tema empreendedorismo, as relações de trabalho, o dever do Estado e o papel do professor diante desse tema envolvendo questões tão complexas. Para tanto, buscou-se tanto na intervenção, quanto na elaboração deste trabalho, além de apresentar a experiência, constituir-se um referencial teórico baseado nas variáveis sobre o ensino de empreendedorismo partindo de uma visão crítica sobre o mundo do trabalho e o papel do professor diante da necessidade de formar sujeitos pensantes, críticos e autônomos. Quanto ao objeto de intervenção, decidiu-se por um recorte diante da amplitude do tema.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Jovem. Emprego. Mundo do trabalho. Professor.

Abstract: *The neoliberal state has been attributing in contemporaneity, Growing importance to entrepreneurship and delegating to the worker the commitment to intervene in social issues. This paper aims to present an account of the experience performed by th is teacher through the exposition and debate on entrepreneurship, work relations, the duty of the State and the role of the teacher in this theme involving such complex issues. Therefore, we sought both in the intervention and in the elaboration of this work, besides presenting the experience, to constitute a theoretical reference based on the variables on the teaching of entrepreneurship starting from a critical view on the world of work and the role of the teacher in view of the need to Subject thinking, critical and autonomous subjects. As for the object of intervention, it was decided to cut out the breadth of the theme.*

Keywords: *Entrepreneurship. Young. Job. World of work. Teacher.*

1 Introdução

Este trabalho foi requisito para conclusão de curso Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA e teve como objetivo relatar as experiências vivenciadas como docente junto aos alunos do Curso de Artes Visuais Médio Técnico – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico



e Emprego (PRONATEC)¹ de um determinado município do estado da Bahia. As atividades com duração de um semestre tiveram como objetivo informar e discutir sobre as características e conceitos de empreendedorismo, as vantagens e desvantagens de empreender, as mudanças nas relações de trabalho considerando o emprego e o trabalho informal; discutir o papel do Estado no que se refere ao provimento das políticas de emprego e dos direitos sociais e ainda foi discutido a atribuição do professor no compartilhamento desse conhecimento tão complexo, com pontos de vista distintos e difíceis de serem esclarecidas por completo, em função da etimologia complexa que o termo empreendedorismo carrega.

Metodologicamente as atividades docente contaram com técnicas de aprendizagem ativa estimulando o aluno a construir seu próprio conhecimento por meio da exposição dialogada do conteúdo teórico, correlacionando-o com a realidade e estimulando a reflexão crítica dos alunos, quando compartilharam suas ideias empreendedoras para troca de experiências. Foi proposto a realização de atividades por meio de dinâmicas que estimulassem a participação do aluno, dando-lhe protagonismo no processo de ensino/aprendizagem por meio de um trabalho de caráter educativo consistindo em informar sobre os meios para inserção no mundo do trabalho. Ao encerrar o semestre foi discutido, os aspectos mais relevantes das experiências compartilhadas, a problematização da vivência, bem como o entendimento de cada um sobre o tema. Fundamentalmente por meio da relação teoria e prática, buscou-se formar agentes de sua própria história e multiplicadores das informações; exercitar a troca de conhecimentos sobre o conceito e as formas de empreendedorismo conduzindo os agentes envolvidos a tomada de decisões, e/ou amadurecimento de ideias.

E qual seria a relação da educação com o ensino de empreendedorismo? Verifica-se que cabe aos educadores do século XXI com maestria do conhecimento, com ética profissional e consciência política, a função de orientar aos alunos os meios institucionais para coletivamente traçarem estratégias para o enfrentamento as demandas apresentadas na sociedade contemporânea, Considerando que uma das tarefas da escola é oferecer formação educacional de excelência de modo a garantir o acesso e permanência dos alunos na sala de aula colaborando com a formação crítica dos cidadãos no enfrentamento dos desafios que lhes são postos diariamente e a fim de que possam atuar como reprodutores destas informações.

Com o objetivo de melhor organizar o conteúdo, a pesquisa foi estruturada, onde a primeira parte refere-se a introdução, apresentando entre outros aspectos, o tema, a intervenção efetivada, os motivos que conduziram à seleção do tema e os objetivos atingidos e a metodologia do trabalho; a segunda parte refere-se a apresentação dos conceitos e a relação do empreendedorismo com o mundo do trabalho, sob diferentes pontos de vista sobre o tema; seguindo temos a análise sobre o papel do professor no ensino-aprendizagem, os resultados e a discussão sobre o tema, onde foram reunidos reflexões sobre os achados da intervenção e por fim as considerações finais sobre o trabalho.

Para a realização desse trabalho de conclusão de curso, buscou-se relacionar o estudo descritivo do tipo relato de experiência as publicações sobre o tema por meio da técnica de pesquisa bibliográfica. Consideramos que as experiências vivenciadas nesse contexto seguido de uma

1 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

análise, proporcionaram relevantes contribuições no entendimento sobre empreendedorismo, o papel e a condição do jovem no mundo do trabalho e sobre o papel docente na formação de jovens. Para tanto, foram utilizados para discussão, o pesquisador (RICARDO ANTUNES, 2001, 2004, 2006, 2008, 2019), estudioso sobre as relações de trabalho na política neoliberal; (FERNANDO DOLABELLA, 2008, 2019), defensor do empreendedorismo no Brasil e da pedagogia empreendedora; (JACQUES DELORS, 2001, 2003), tratando sobre o papel fundamental da educação na atualidade; (GAUDÊNCIO FRIGOTTO, 2005), que analisa o trabalho como princípio educativo; (MOACIR GADOTTI, 2000, 2001), tratando sobre as perspectivas atuais da educação e as ideias pedagógicas; (DAVID HARVEY, 1999, 2008), estudioso sobre as políticas neoliberais e a condição do trabalhador na pós modernidade; (KARL MARX, 1975, 1993) que analisa os fenômenos sociais do capitalismo e as condições de trabalho e do trabalhador; (MARCIO POCHMANN, 2005) que analisa as nuances do emprego na globalização e ainda (MARIA AUGUSTA TAVARES, 2002, 2018), que analisa o trabalho informal, a produção capitalista e o empreendedorismo.

2 Empreendedorismo, emprego e trabalho

A palavra empreendedor é derivada do francês *entrepreneur*, que foi usada pela primeira vez em 1725 pelo economista irlandês Richard Cantillon para designar o indivíduo que assumia riscos. Ainda de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2017), “empreender” significa decidir fazer algo pouco comum, algo que exige de nós uma decisão, uma atitude. O empreendedorismo empresarial, originou-se das ideias dos clássicos econômicos liberais desde o século XVII, como proposta para alavancar a economia local e regional e promover o sustento de famílias necessitadas. Mas, desde os tempos remotos, considerando a evolução humana, pode-se dizer que o homem primitivo já tinha atitudes empreendedoras à medida que para sobreviver precisava inovar na construção de diversas ferramentas a fim de viabilizar a caça e solucionar sua necessidade de alimento.

O empreendedorismo, conforme exposto na contemporaneidade, originou-se do padrão produtivo toyotista², como um conceito recorrente na economia, na política, na administração sendo amplamente difundido pelos meios de comunicação, principalmente financiada estrategicamente pelo Estado como modelo a ser seguido legitimando a acumulação capitalista sob o argumento do crescimento econômico e de transformação social. Trata-se de uma ideologia onde é delegado ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social, necessários à manutenção do capitalismo. Verifica-se que tal modalidade, como possibilidade de geração de renda e de inclusão no mercado de trabalho³ foi incorporado no Brasil e em outros países. Considerando que, de acordo com Marcio Pochmann (2005) ao final do século XX e início do século XXI são identificadas relevantes transformações

2 O Toyotismo é um modelo nipônico de produção de mercadorias. Desenvolvido pelo japonês Taiichi Ohno (1912-1990) e dominante em diversos países capitalistas na última parte do século XX. O toyotismo é a ideologia orgânica da produção capitalista, que tende a colocar novas determinações nas formas de ser da produção e reprodução social. No modo de produção toyotista, corpo e mente atuam em prol do capital na busca pela produção do valor.

3 O mercado de trabalho no Brasil no sentido clássico do termo pressupõe a existência do trabalho livre, “criado por intermédio de uma ação estatal, através da abolição da escravidão, e foi moldada por intermédio de uma política de imigração, favorecida por taxações e subvenções, em detrimento da mão-de-obra nacional. Esse mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para uma parte significativa da força de trabalho. Implantando dessa maneira o trabalho livre, o Estado criou também as condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal.” (THEODORO, 2004, p.94).

no processo de trabalho, marcado pelo aumento mundial do excedente estrutural da força de trabalho impondo uma nova estrutura na Divisão Internacional do Trabalho acompanhado de exigências aos trabalhadores de acordo com às transformações do mundo do trabalho.

Segundo Ricardo Antunes (2008, p. 5) a partir de 1970, o capital investiu na reestruturação global, objetivando recuperar a acumulação e dominar os modos de produção que vinha perdendo espaço “desde as explosões do final da década de 1960, onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais”. Assim, em escala global, “o capital vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.” Nessa perspectiva, se alastram as diferentes categorias “de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado.” Utilizando-se das expressões integrantes “nas lutas sociais dos anos 1960, como controle operário, participação social, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa.” O exemplo do cooperativismo chega a ser irônico, pois, historicamente “as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego.”

Ainda de acordo com Antunes (2008), em resposta a pressão do capital, o mundo do trabalho inicia a partir de 1970, um processo de profundas transformações que perpassa pela ruptura da relação orgânica dos trabalhadores, a reestruturação do campo de trabalho, o enfraquecimento da estabilidade dos trabalhadores, e ainda a desregulamentação⁴ de direitos trabalhistas. Nesse lapso, vivencia-se a nível mundial um processo de profundas transformações na economia afetando diretamente o mundo do trabalho. A desregulamentação, a minimização de postos de trabalho e a necessidade da adesão a informalidade⁵ são produtos da flexibilização e da precarização promovida por políticas neoliberais e pela reestruturação dos modos de produção capitalista. A flexibilização, “a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo”, como dominante, também vem se incorporando aos “novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo (ANTUNES 2001, p.236)”.

O que se verifica neste momento é um cenário de aprofundamento das desigualdades socioeconômicas pela concentração de riqueza, aumento da pobreza nos países já pobres, redução dos salários, crescimento desordenado do trabalho precário pelas vias da terceirização e a desestruturação do mercado de trabalho que, no geral, se apresenta com elevadas taxas de desocupação, de acordo com Pochmann (2005). Dessa forma, adquire centralidade no Brasil a criação de programas baseados na lógica do desenvolvimento local, como forma de ressignificação do trabalho informal através das ideologias do empreendedorismo, do capital social, da economia

4 Segundo Cassar (2014), a desregulamentação significa o Estado mínimo, revogação de direitos impostos pela lei, retirada total da proteção legislativa, possibilitando a livre manifestação de vontade, a autonomia privada para regular a relação de trabalho, seja de forma individual ou coletiva.

5 A informalidade nesta perspectiva é concebida como um processo que caracteriza a desregulamentação, o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo, temporário, enfim, as modalidades de trabalho que não compõe a formalidade e não se amparam nas regulamentações e direitos trabalhistas formais. A expressão “trabalho informal” originou-se nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Identificou-se tal expressão especialmente nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África (OIT, 1972).

solidária, entre outras, com o objetivo de desvalorizar o ideário do trabalho estável, em prol da construção de formas flexíveis e precárias de inserção no trabalho.

Segundo Antunes e Alves (2004), tais processos têm caracterizado os fenômenos de fragmentação, heterogeneidade e diversidade da classe trabalhadora do século XXI em tempos de globalização. Nessa perspectiva, a intensificação da concorrência e das exigências do mercado, os modos de trabalho, as alterações nas técnicas de produções mais eficientes e a redução dos custos da produção rebateram fortemente na mão de obra assalariada. Antunes (2006), analisa a flexibilização da legislação do trabalho como parte da estratégia do capital mundializado com o objetivo de exterminar todas as formas de regulação sobre o trabalho, ou a desconstrução de direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores.

Ainda sobre esta flexibilização, segundo David Harvey (1999, p.143) “no mercado de trabalho flexível” os trabalhadores formariam um grupo central, seriam os empregados em tempo integral que teriam maior segurança no emprego. O grupo periférico, seria formado por subgrupos. O primeiro, formado por empregados em tempo integral com habilidades que são facilmente encontradas no mercado de trabalho e o segundo, inclui os empregados em tempo parcial, com contratos de trabalho por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público. Nesses subgrupos, “a cobertura da seguridade social, os direitos trabalhistas, os níveis salariais e a segurança no emprego tendem a ser restritos”.

A crise econômica impulsionou a implantação destes novos modos de organização do trabalho, visando a garantia de novos padrões de acumulação capitalista. A reestruturação produtiva e os processos que envolvem sua efetividade como a flexibilização do trabalho, o desenvolvimento tecnológico, crescimento do desemprego e subemprego, maior competitividade desregulamentação e a decadência de algumas profissões geram novas exigências quanto ao nível de conhecimento e comportamento do trabalhador, acarretando instabilidade econômica e social, demandando uma série de estratégias de adequação no mundo de trabalho. No curso desse movimento, o empreendedorismo, do qual, princípios surgem das ideias dos clássicos econômicos liberais desde o século XVII, apresenta-se como solução indispensável para sustentar a economia e prover o sustento de milhares de famílias, com a solução para o crescimento econômico. O empreendedorismo, originário do modo de produção toyotista é frequentemente utilizado na economia política e administrativa, e, conseqüentemente “amplamente difundido pelos meios de comunicação, especialmente na publicidade financiada pelo Estado. Incorporado pelo senso comum – pelo que se legitima –, essa estratégia capitalista é assimilada como fator de crescimento econômico e de transformação social (MARIA TAVARES, 2018, p.109).

O termo empreendedor se popularizou e alcançou todas as classes a partir do surgimento do SEBRAE. Contudo, marcada pelo chamado Milagre Econômico, a década de 1970 mostrava um crescimento de investimentos no país e uma onda de otimismo, e, atrelado a este fato o governo inicia a liberação de recursos para formar novos negócios e as linhas de crédito para pequenas empresas surgiam atentando para uma nova rede, de novos programas, treinamentos, produtos, modelos de consultoria e gerenciamento de negócios.

O salto do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990 quando foram criadas a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTTEX), como uma entidade fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil e o SEBRAE, um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, prestando-lhe suporte e

consultorias para iniciar sua empresa e na resolução de pequenos problemas pontuais de seu negócio. Até então, “os ambientes políticos e econômico não eram propícios e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora”. A SOFTEX foi criada com o intuito de levar as empresas de software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia, (DORNELAS, 2001, p.38).

Entre os programas e ações voltadas à capacitação do empreendedor, identifica-se a exemplo, o Programa Brasil Empreendedor, do governo federal com o objetivo inicial de estimular o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPE)⁶, promover a manutenção e geração de três milhões de postos de empregos, e, também, elevar o nível capacitação empresarial, tendo capacitado mais de seis milhões de empreendedores. Ainda de acordo com Dornelas(2001), os agentes federais responsáveis pela operação do Programa Brasil Empreendedor foram: Banco do Brasil, do Nordeste, da Amazônia e Caixa Econômica Federal.

Fernando Dolabela (2008), um dos defensores do empreendedorismo no Brasil e fundador da “Oficina do Empreendedor” e da “Pedagogia Empreendedora⁷”, afirma que o empreendedorismo não é um tema novo ou modismo, ele existe desde a primeira ação humana inovadora, com o objetivo de melhorar as relações do homem com os outros, e, com a natureza. Dessa forma presencia-se justificando no Brasil, a partir dos anos de 1990, uma “ideologia do empreendedorismo”. Regina Padilha e Paulo Guilhermeti (2007) afirmam que a ideologia do empreendedorismo vem conquistando visibilidade nas universidades, a exemplo da Lei da Inovação Tecnológica que calculam contribuição financeira aos docentes, além de questões relacionadas à produtividade e serviços externos. Assim, Harvey (1999, p.161) também afirma o avanço de uma espécie de ideologia do empreendedorismo, caracterizada não somente na prática dos negócios, como também dominou a vida e aspectos diversos a exemplo da “administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística.”

O empreendedorismo vem ganhando crescente importância na sociedade, como uma atitude, forma de ser, virtude, modo de vida a ser seguido extrapolando o contexto empresarial e abrangendo todas as atividades humanas. “[...] teria a ver com o estilo de vida, visão de mundo, [...] protagonismo, inovação, capacidade de produzir mudanças em si mesmo e no meio ambiente, meios e formas de se buscar a autorealização”. Para o autor, a chamada “atitude empreendedora” é uma forma de ser e não uma habilidade técnica (DOLABELA, 2008, p 2)”.

Neste ponto de vista, todos os sonhos e desejos individuais podem ser negociados tendo como mediador o mercado capitalista, desde que os indivíduos se capacitem para este fim, pelas vias da educação que deverá conceber o acesso da auto-aprendizagem e da auto-realização. Este é o discurso liberal que se apresenta agora com uma roupagem mais técnica e democrática,

6 A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas divide os pequenos negócios em: 1) Microempreendedor Individual - Faturamento anual de até R\$81 mil; 2) Microempresa - Faturamento anual de até R\$360 mil; 3) Empresa de Pequeno Porte - Faturamento anual entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões; e 4) Pequeno Produtor Rural – Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$4,8 milhões. (SEBRAE, 2017, n.p.).

7 Metodologias criadas em 1996 e 2002, focadas no ensino do *ethos* empreendedor em escolas, cursos e universidades. A primeira já foi implementada em mais de 400 instituições de ensino superior, atingindo cerca de 3.500 professores e 160.000 alunos/ano, e a segunda já é utilizada em 120 cidades, envolvendo cerca de 10.000 professores e 300.000 alunos com repercussão em uma população de 2,5 milhões de habitantes. Disponível em: <https://fernandodolabela.wordpress.com/curriculo/>. Acesso em março de 2020.

supervalorizando as escolhas e as liberdades individuais como a tábua de salvação para as questões sociais. Nesta perspectiva o empreendedorismo é visto como uma qualidade de gerenciar, sendo estas qualidades exaltadas como respostas as questões sociais, como o desemprego entre outras, onde o próprio trabalhador é responsabilizado pela sua emancipação, sob justificativa da suposta incapacidade do Estado em garantir direitos sociais básicos, como afirma Harvey (2008, p.76), “o sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais” a exemplo do não investimento suficiente em pesquisas e estudos, “em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica.”

Neste contexto de acumulação flexível a proposta empreendedora é marcada pelo individualismo e pela meritocracia, onde o indivíduo é o único responsável pelo seu fracasso ou sucesso. “O empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas” (TAVARES, 2018, p. 110). Cabendo, portanto, ao Estado, a mínima intervenção que se justifica por meio de cursos preparatórios e outros suportes quase que inexistentes na prática, para o crescimento do empreendedor, de forma que este proporcione também o crescimento da economia do país, revolucionando principalmente a questão do desemprego e a conquista da cidadania. A proteção individual não é mais prioridade ao passo em que buscam meios “legais que imprimem ao trabalho uma falsa autonomia, marcada pelo “desassalariamento”, pela precariedade e pela ausência de comando explícito, como se tais condições fossem suficientes para transformar trabalhadores em proprietários” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 437).

A atividades de cunho autônomo e chamadas empreendedoras avançam no ritmo da redução da proteção social do Estado e do desemprego e do desassalariamento dos trabalhadores. Tal crise, empurra uma massa de trabalhadores ao mercado informal, escancara claramente a promessa do capitalismo de transformar tudo e todos em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado caracterizado pela competitividade. Os elevados níveis de desemprego levam a uma naturalização da informalidade que é identificada como resultado da incapacidade de criação de postos de empregos, abarcando a população antes empregada em diversos campos e níveis do mercado formal. “Entendemos que o aumento da informalidade pode ser visto como parte do processo de reestruturação produtiva do capital. É no contexto do trabalho precarizado que se desenvolve o trabalho informal.” (TAVARES, 2002, p. 147).

Diariamente milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, ampliando-se o trabalho precário, assim, as formas de trabalho chamadas de empreendedoras se alargam ao absorver esse contingente no Brasil e no mundo por oportunidade ou necessidade, intensificando a concorrência, daí recorre a necessidade de o empreendedor conhecer as características do seu investimento em todos os aspectos, o que significa uma corrida sem fim.

Dados do IBGE de maio de 2019, desconsiderando, as pessoas que desistiram de procurar emprego, indicam que a taxa de desemprego no Brasil, no primeiro trimestre, subiu para 12,7%, totalizando 13,4 milhões de brasileiros sem trabalho. Sendo que em janeiro de 2020 esta taxa ficou em 11,2% no trimestre encerrado em janeiro, atingindo 11,9 milhões de pessoas.

Ao passo em que a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor) (GEM) (2018), efetivada no Brasil pela equipe do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), revela o crescimento constante de empreendedores jovens no país. Em 2018, em cada cinco brasileiros adultos, dois eram empreendedores, 38%; estima se que, aproximadamente, 52 milhões de

brasileiros entre 18 e 64 anos são empreendedores; pode-se dizer que as pessoas na faixa dos 18 aos 44 anos se envolvem com atividades empreendedoras em estágio inicial muito semelhante; entre os brasileiros com idade entre 18 e 24 anos, 21,2% eram empreendedores iniciais e 19,5% daqueles com idade entre 35 e 44 anos. A taxa de empreendedores iniciais começa a decair a partir dos 45 anos, chegando a 9,7% na faixa dos 55 a 64 anos. Importante destacar que mesmo com a menor taxa, o contingente de pessoas com mais de 55 anos iniciando um negócio é de quase 2 milhões. Quanto a escolaridade, uma taxa de 15,9, tem nível superior completo ou maior; 18,9, tem nível médio completo; 19,2, tem nível fundamental completo e 15,4, tem nível fundamental incompleto. Quanto a motivação, uma taxa de 11,0 pessoas, um percentual de 61,8 e uma estimativa de 15.107.684 pessoas informaram que começaram a empreender pela oportunidade. E uma taxa de 6,7 pessoas, um percentual de 37,5 e uma estimativa de 9.146.644 pessoas informaram que começaram a empreender pela necessidade.

Assim, o empreendedor é visto também como um trabalhador que preza pela liberdade, dentro de um discurso que perpetua a ideia de que todos podem ser donos do próprio negócio e trabalhar tranquilamente sem chefe. Harvey (2008, p.15) analisa que a liberdade é cooptada como base do discurso neoliberal, conceituada como a solução para os problemas da humanidade. A liberdade individual e a dignidade humana se tornam parte de um aparato conceitual que “se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento”. Tais ideais determinam os objetivos do neoliberalismo, pelas vias da liberdade de mercado e da redução do Estado, e assim quem ousa questionar o neoliberalismo é visto como ultrapassado ou contra às liberdades. A proposta de ser livre “degenera assim em mera defesa do livre empreendimento”, que representa a “plenitude” da liberdade para quem não necessita de ampliar seus rendimentos, “seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade.” (HARVEY, 2008, p. 46).

Tratando sobre a urgência do empreendedorismo, Dolabela⁸, afirma que é preciso que os cidadãos, tomem medidas urgentes contra o mal que assola o Brasil. O autor afirma que o empecilho para que o Brasil se desenvolva a exemplo dos países ditos de primeiro mundo é a miséria, a fome e o desemprego. Dessa forma, vislumbra que o investimento em uma “sociedade empreendedora” é o único caminho para que esta empreitada se efetive”. Para o autor, hoje que o empreendedor é um agente de mudanças na economia, (DOLABELA, 2009 a, p.01). Nessa perspectiva, responsabiliza-se os sujeitos pelo avanço ou não do país.

Ainda de acordo com Luís Cesar Menezes (2003), o empreendedor é o indivíduo de iniciativa a partir de um comportamento criativo e inovador, que sabe transformar contextos, estimular a colaboração, criar relacionamentos pessoais, gerar resultados, fazendo o que gosta, com entusiasmo, dedicação, autoconfiança, otimismo e necessidade de realização. Nesse contexto, há quem diga que não se pode formar empreendedores, pois, estes têm seu diferencial comportamental herdado geneticamente; outros afirmam que é nas experiências vivenciadas na infância e da adolescência que se formam tais diferenças e comportamentos; há também quem acredita que o empreendedor surge aleatoriamente.

Utilizando-se dos estudos de Karl Marx, fundamentais nas análises dos fenômenos sociais

8 Artigo publicado em fevereiro de 2009. Acesso em 05/01/2020, na biblioteca digital da Starta: Empreendedorismo e Inovação <http://www.starta.com.br/#/gallery>

do capitalismo, vemos que o significado do trabalho para homens e mulheres em determinada organização social, está vinculado com a racionalidade econômica que os direciona. O conceito geral de trabalho se dá, em dois níveis: *plano da necessidade* – consiste nas necessidades para a sobrevivência dos homens e condiz à produção e reprodução material; o outro nível, chamado de *reino da liberdade* – trata-se da *práxis existencial*, que se situa além da produção e reprodução material manifestando, paralelamente, a necessidade de integração entre os dois planos, “[...] o reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade. [...] (Marx, 1993, p.12).”

Dessa forma, o plano da liberdade se dá quando o homem diante da não necessidade urgente em garantir sua existência e de outros, pode optar pelas possibilidades e potencialidades. Assim, a partir da análise entende-se que o empreendedorismo, para grande parte da sociedade configura-se na perspectiva da necessidade. Configura-se como uma atividade direcionada essencialmente, que movimenta o mercado, o capital, contudo, para esse trabalhador não significa necessariamente sua realização como trabalhador, mas, atender às suas necessidades e neste sentido também não importa seu investimento em uma determinada mercadoria, quem dita uma margem de preço “aceitável” por tal produto é o mercado, pois, a proposta de autonomia divulgada pelas ideias dominantes associa a pequena produção ou os pequenos negócios “numa perspectiva que conduz à crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem ser nem ao menos uma alternativa ao desemprego.” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 441).

A prática de empreender exige um projeto, conhecimento, recursos e/ou acesso a financiamentos, dessa forma, impulsionado pela ilusão da autonomia, pela necessidade de retorno do recurso aplicado e pelas constantes investidas das organizações representantes do Estado, o trabalhador investe toda a sua energia e carga horária de trabalho esperando obter a sonhada independência. Embora o empreendedorismo empresarial seja disseminado como se sua única finalidade fosse o benefício do trabalhador, os governos propagam suas vantagens e facilitam essa relação, que é posta como se fosse responsabilidade da pequena empresa socorrer os trabalhadores desempregados.

O sociólogo e pesquisador sobre as relações de trabalho Ricardo Antunes (2019), oferece um panorama geral das novas formas de trabalho e uma ampla análise da atualidade brasileira no que se refere ao trabalho e através de estudos empíricos em diversos setores econômicos, ressaltando, particularmente, as principais características da reestruturação produtiva e seus impactos sobre a força de trabalho e sobre o sindicalismo, efetiva ainda um panorama geral do desemprego e da precariedade das condições de exercício do trabalho e no que esses processos interferem na acumulação capitalista. O autor questiona os rumos da nova morfologia do trabalho com as significativas transformações laborativas que caracterizam o capitalismo na era informacional-digital; analisa sobre a condição do trabalhador digital (infoproletariado ou ciberproletariado), considerando a expropriação do tempo de trabalho e de vida por empresas globais e a explosão do trabalho intermitente (*zero-hour contract*). O autor analisa-se a particularidade brasileira problematizando as relações de gênero e classe, os adoecimentos, os desafios para a juventude que trabalha e o mito do “empreendedorismo”.

Em entrevista, Antunes (2019)⁹ discorreu sobre os resultados da sua pesquisa sobre o

9 Entrevista a UOL em 14/09/2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-ecarreiras/noticias/>

mundo do trabalho e afirmou que “o empreendedorismo é um “mito”, que se fortalece em meio ao alto desemprego, ao enfraquecimento das políticas sociais do Estado e às novas tecnologias”; apresentando uma forma mística imaginando “poder eliminar o desemprego, em uma sociedade que é incapaz de preservar trabalho digno com direitos; e como essas novas modalidades de trabalho são deprimentes, a mistificação torna-se o remédio que só fará alimentar a doença”.

Antunes (2019) analisa que essa ideia “de “empresariamento” da nossa vida,” só é possível devido a uma associação de fatores como: “há um desemprego estrutural de grande proporção em escala global, ainda que ele seja diferenciado entre os países.” Se contabilizar o desemprego no Brasil, “mais desalento, mais subutilização, nós chegamos a 28 milhões de trabalhadores. Se acrescentarmos a informalidade, esses dados explodem”. Nesta sociedade onde “o desemprego, o subemprego e a precarização são imensos, há um chão social que permite que o empreendedorismo ganhe força”.

Outro fato associado a ideia de “empresariamento” colocada por Antunes(2019) é que todo esse movimento se dá “em um ideário neoliberal. Um mundo onde a desregulamentação do trabalho e a perda de direitos sociais é um “modus operandi” das corporações,” onde é necessário “desregulamentar o trabalho e reduzir os custos.” Isto ocorre em um momento de profundo avanço tecnológico e de novas criações que tragam benefícios para um grupo de corporações em relação a outra, se este invento tem sentido humano social não importa.

Para Antunes (2019), o terceiro elemento que conjuga a proposta de “empresariamento” refere-se a retração do Estado com relação as responsabilidades com qualquer” tipo de seguridade social, desde o fracasso do Estado de bem-estar social na Europa e dos Estados do tipo keynesiano em várias partes do mundo.” O que de fato vem ocorrendo na realidade brasileira diante do não acesso aos direitos trabalhistas onde se contabiliza “milhões de pessoas sem nenhuma perspectiva de Previdência”. Para o pesquisador, é nesse contexto “que ganha corpo a ideia falaciosa, mistificadora, do empreendedor,” pois, o mundo do trabalho não oferece alternativas “frente a corrosão dos direitos e garantias sociais, é isso ou o desemprego completo.” Assim, pode se afirmar que o “empreendedorismo é poderoso ideologicamente, porque é isso ou nada, ao mesmo tempo, a maioria expressiva dos empreendedores vive aos solavancos”.

Outros pesquisadores que também analisam o empreendedorismo são Adriano Campos e Soeiro José (2016), os autores alertam para a necessidade de “suspeitar de explicações fatalistas para fenómenos sociais complexos e a duvidar de quem propõe respostas individualistas para problemas que sabemos serem coletivos, como o desemprego e a precariedade.” Dessa forma, a falácia do empreendedorismo apresentada como “uma «atitude», um «espírito» e um «modo de ser» do indivíduo” que possibilita a resolução das questões sociais deve ser vista com cautela. O empreendedorismo propõe a saída para a crise do emprego, mas, acentuando a lógica neoliberal enraizada na origem do problema. A governabilidade neoliberal reside em “uma reativação do velho liberalismo económico, baseado na retração do Estado e das regulações económicas”, além de “constituir também uma lógica que se expande a todos os domínios da nossa existência”. Nessa perspectiva, os elementos da competição, o compromisso individual “e do espírito de empresa passam a estruturar toda a vida social, com vista a promover uma espécie de «homem novo», construído a partir do cálculo económico e da relação mercantil (CAMPOS; SOEIRO,

2016, p. 10-11).”

Para os autores ter uma boa ideia e querer muito não é suficiente para ter sucesso em um negócio se este comportamento não vier atrelado a “uma política econômica que recupere salários e que crie mercado interno, por mais geniais que possam ser determinadas ideias, se não houver distribuição da riqueza que leve ao consumo, dificilmente as empresas vingam”. O discurso do empreendedorismo faz-se muito a partir de que o sucesso ou insucesso depende das capacidades, do mérito e da atitude de cada um, contudo, o que se pode identificar é que o peso da herança é cada dia mais determinante no percurso das pessoas, assim é a reprodução da herança social que pesa e não o mérito individual. (CAMPOS; SOEIRO, 2016, p. 17).

3 O papel do professor, resultados e discussão

A sociedade vem vivenciando mudanças nos campos econômico, político e social nesse final do século XX e início do século XXI. Dentre essas, umas das principais mudanças sociais que mais afetaram a área da educação é a informação e o conhecimento que passaram a ser vistos como fundamentais na política econômica, num processo de constantes mudanças e reformas no sentido de acompanhar a velocidade das transformações econômicas, políticas, sociais e de trabalho. Tal processo vem demandado aos sujeitos envolvidos com a educação novos conhecimentos e habilidades, um constante processo de aprendizado.

Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), afirmam que a atuação da escola deve ser vista e gerenciada organicamente na concepção da contra-hegemonia, atrelada as lutas sociais no objetivo da emancipação e não de forma a-histórica e intangível. Nesta perspectiva, é necessário educar para a crítica e reflexão da prática, é necessário uma educação que possibilite aos sujeitos vivências significativas, desde as experiências individuais, até àquelas envolvendo o coletivo, visando ultrapassar a compreensão de suas condições de existência, objetivando intervir de forma autônoma e crítica nas questões da sociedade.

Nesse ponto de vista, a docência tem sido amplamente discutida por parte de profissionais ligados a educação, onde o professor vem exercendo um papel fundamental não somente no processo do ensino, mas também de transformação social, pois, a formação de sua identidade ultrapassa o profissional. Dessa forma, cabe também ao professor trazer para discussão os temas relacionados ao contexto social e econômico dos discentes o que justifica a discussão relacionada ao emprego, mundo do trabalho e ao empreendedorismo.

A nova geração de jovens possui um papel político, econômico e social cada vez mais atuante na sociedade. Nessa perspectiva, foi apresentado o empreendedorismo a esses jovens a fim de possam formar opinião, considerando, que a proposta pedagógica deve assumir a atribuição de estimular a capacidade crítica e criadora dos alunos. A apresentação sobre o tema propôs a compreensão incentivando as discussões, a formação de opiniões e conceitos a partir das informações que foram transmitidas, e, dessa forma, atingindo a verdadeira construção do saber. Buscou-se propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento das características próprias do ser humano, como liberdade de pensamento, autonomia, criatividade e ousadia.

Fundamentalmente, partiu-se do preceito de que a educação tem a função de oferecer novos caminhos aos sujeitos que constroem suas histórias, conforme afirma Jacques Delors (2001) ao tratar sobre o papel fundamental que cabe a educação “conferir a todos os seres

humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentidos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos de seu próprio destino (DELORS, 2001, p. 100).” E ainda o principal papel reservado à educação consiste em “fazer com que cada um tome seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive (DELORS, 2001, p. 82).”

A educação tem um dever fundamental na formação escolarizada e na formação cidadã, cabendo a ela primar pela transmissão de forma maciça e eficaz de saberes, saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, sendo estas as bases para as competências do futuro. De acordo com Delors (2003) simultaneamente, compete a educação encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submersos nas ondas de informações, por vezes imediatistas que atravessam os espaços públicos e privados e as conduzem a orientar-se a projetos de desenvolvimento individuais e coletivos.

Nessa direção, a atribuição do professor consiste então em estimular o aluno na tomada de decisões e ao entendimento de forma autônoma, que desacertos e acertos são partes da construção do conhecimento, assim como identificar livremente os caminhos que podem conduzi-lo ao seu objetivo. Paulo Freire (1996), trazendo o compromisso do educador para com a sociedade no desenvolvimento das suas atividades, ressalta seu papel de colaborador com um processo de transformação e não de neutralidade, diante da realidade histórica.

O jovem, hoje, é o segmento mais negligenciado pelo Estado, uma vez que não há política pública eficaz possibilitando sua inserção no emprego. O avanço tecnológico das últimas décadas vêm substituindo além do esforço físico, parte considerável da atividade intelectual, possibilitando às organizações alavancarem a produtividade sem a geração de postos de trabalho, desassociando assim a produção, do emprego, trazendo conseqüentemente o crescimento exponencial da informalidade no mundo do trabalho. Para Antunes (2008, p.9), outra forte tendência no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens em idade de ingresso no trabalho e que, “sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural”.

De acordo com István Mészáros (2002, p.1005) “há algumas décadas, o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, era prerrogativa das áreas de pobreza e de subdesenvolvimento.” Entretanto, mediante as transformações capitalistas, hoje o desemprego não se restringe mais a não qualificação, “atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos e cada vez mais raros empregos disponíveis”.

De fato os jovens participantes desta atividade demonstraram-se preocupados quanto aos rumos das suas condições enquanto trabalhadores/as, considerando que este público é diretamente o mais afetado pelas adversidades do mundo de trabalho, pois, normalmente, já estão em situação de desvantagem devido a condições específicas de vida, como a inexperiência; a ausência de recursos financeiros para investir em formação, exigidas pelo mercado como cursos de idiomas entre outros; a necessidade de contribuir com as despesas da família, impossibilitando-os de se dedicar com mais afinco aos estudos; as situações de violência, atrelada a dependência química por vezes vivenciada em seus contextos familiares; as dificuldades de espaços físicos e recursos tecnológicos, vivenciada em suas residências, aliada até mesmo a alimentação que não

atende suas necessidades nutricionais, entre outros entraves vivenciados no âmbito familiar e/ou na sociedade que os empurram por vezes a condições precárias de trabalho.

Contudo, cabe também a educação a partir de uma estrutura oferecida pelo Estado cumprimento do seu dever, preparar e capacitar o jovem para o enfrentamento dessa nova forma de vivenciar as relações de trabalho e cabe ao professor propor e possibilitar debates em torno do mundo do trabalho, considerando ainda o que propõe Delors (2003) a educação deve ser concebida em quatro pilares: aprender a conhecer (apropriar-se dos instrumentos da compreensão); aprender a fazer (possibilitando agir sobre o meio); aprender a viver juntos (participação e cooperação) e aprender a ser (integrando os três), contudo, geralmente, a educação formal orienta-se fundamentalmente mais para o aprender a conhecer do que para o aprender a fazer. As duas últimas aprendizagens dependem, na maioria das vezes de circunstâncias aleatórias quando não são vistas, de algum modo, como continuidade natural das duas primeiras. Para a autora cabe a educação oferecer, de alguma forma, um trabalho docente emancipador, oferecer os mapas de um mundo complexo e extremamente agitado e fornecer ainda a bússola que possibilita navegar através dele.

Para Moacir Gadotti (2000, p.8) esses pilares podem ser vistos como uma bússola no sentido de conduzir a educação ao futuro e para fomentar novas bases de debate, além de que são categorias fundamentais na literatura pedagógica contemporânea, o autor relaciona: “contradição, determinação reprodução, mudança, trabalho, práxis, necessidade e possibilidade.” Para ele, essas categorias devem ser estudadas e examinadas, jamais negadas e nem desprezadas. O autor analisa que uma educação voltada para o futuro será sempre contestadora e vai superar os limites tanto do Estado quanto do mercado. Nesta perspectiva a escola passa a ter uma função de gestora do conhecimento. Mas é necessário considerar alguns pontos essenciais como “a escola precisa ter projeto, precisa ter dados, precisa fazer sua própria inovação.” Deve contar com uma reestruturação, uma elaboração dos parâmetros curriculares, para enfim alcançar a cidadania.

A cidadania em Marx “é percebida com algumas diferenças importantes a destacar, quanto a compreensão e a finalidade que são atribuídas ao Estado: direitos do homem, liberdade, cidadão, convenções sociais etc.” No entanto, no ponto principal da cidadania que é a participação ativa dos cidadãos e a co-responsabilidade mútua, estes concordam, “numa palavra, a sua tarefa consiste em tirar ao homem as suas próprias forças e dar-lhe em troca forças alheias que ele só poderá utilizar com a ajuda dos outros homens, (MARX, 1975, p.63)”.

Enquanto isto, espera-se que o novo professor conduza de fato o aluno para o acesso a cidadania, que ele seja sensível, consciente e que tenha raça para enfrentar os desafios que lhe são postos diariamente. Que ouse transgredir as regras históricas utilizando-se das oportunidades, trazendo debates esclarecedores com o objetivo de viabilizar acesso a direitos dos sujeitos, promovendo no processo de ensino e aprendizagem a liberdade, para a criatividade, considerando que, pedagogias transgressoras residem na nossa prática cotidiana, “nossas escolas, nossas abordagens e nosso repertório afetivo e intelectual para aprender, se desconstruir, se conectar e abrir novos caminhos que ampliem as possibilidades de ser e estar no mundo (RAMON FONTES e MAYANA SOARES ,2019, p.23)”.

Gadotti ressalta duas grandes contribuições de Freire para o pensamento pedagógico brasileiro no século XX. Uma delas consiste na contribuição à teoria dialética do conhecimento, para a qual “a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la”.

Freire sugere pensar o concreto, a realidade, e não pensar pensamentos. A segunda é a categoria pedagógica da conscientização, visando, por meio da educação, “à formação da autonomia intelectual do cidadão para intervir sobre a realidade (GADOTTI, 2001, p. 253-254)”. A educação, para Freire é sempre um ato político. O ensinar, portanto, é prática objetivando aprendizagem nessa relação dialógica de construção de conhecimento. A metodologia do ensino está relacionado a um maior ou menor entendimento, apropriação do conhecimento e empoderamento conforme afirma Freire (1996) espera-se do professor o compromisso com a aprendizagem e não apenas com o ensino.

Contudo, na contemporaneidade o professor tem conseguido alcançar um nível de sensibilidade mais apurado com relação as necessidades do discente, em especial no mundo do trabalho que se desenhou, entretanto, ele ainda se questiona sobre seu significado neste futuro e qual seria seu verdadeiro papel? O grande desafio da educação contemporânea situa-se em compreender o tempo defendido pelo capitalismo na sociedade contemporânea e o grande dilema do professor consiste em preparar os alunos para o mundo de trabalho e para serem protagonistas. Dessa forma, a práxis do professor, deve ser além de inclusiva, exige experiências que extrapolem a visão do ser humano objeto para se tornar um mediador de conhecimentos atualizados e não de modelos mecanizados. Sua prática deve ser de um mediador de conhecimentos, ultrapassar a eficácia do fazer por meio das metodologias pedagógicas, deve promover uma formação transformadora, educar para autonomia.

Nessa perspectiva, apresentar a relação educação e contemporaneidade, iniciando pelo sujeito considerando “suas subjetividades nas relações individuais ou interações sociais, no sentido de revelar a identidade da pessoa humana como diversificada e constituídas pelos fenômenos sociais em seus contextos originais,” assim como as apresentadas “nos contextos diversos e educacionais de sua formação, é desafiador, porém, traz mudanças transformadoras no fazer pedagógico de qualquer profissional da educação (SALES, 2017, p. 12)”.

Frigoto (2005) contradiz essa forma de trabalho pregada pelo empreendedorismo, o autor afirma que, “o esforço das forças progressistas deve caminhar no sentido da escola unitária, onde se possa pensar o trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social.” Compete pensar o trabalho no contexto social, onde o trabalhador “produza para si, e onde o produto do trabalho coletivo se redistribua igualmente (FRIGOTTO, 2005, p.76)”.

No modelo do empreendedorismo e no formato de trabalho do capitalismo, não é possível visualizar o trabalho como princípio educativo, pois, este trabalho conforme adotado, não emancipa o sujeito, ao contrário aliena o trabalhador. Dessa forma, no estágio atual do capitalismo, qualquer tentativa de implantação do trabalho capitalista como princípio educativo resultará na preparação do discente para competir por uma vaga num mercado de trabalho baseando na alienação e na exploração.

Afinal, é possível aprender a empreender diante da necessidade? Para o SEBRAE (2017), empreendedores são pessoas que aprendem e se desenvolvem diariamente com comprometimento e persistência diante das diversas situações da vida. Ele é um ser social, sendo assim, se forma na relação entre suas características e seu espaço de convivência. O empreendedorismo divide opiniões, pois trata-se de comportamentos e ações. As preocupações referentes a identificação de comportamentos que caracterizam a conduta e os traços que mobilizam tais ações se justificam

pela dada necessidade das ações empreendedoras no quadro econômico e social do mundo na contemporaneidade, pois, existe a necessidade emergente em diversos contextos de pessoas proativas e determinadas a alcançar melhores resultados individuais e coletivos, impulsionando um ciclo de desenvolvimento econômico e social.

No âmbito das mudanças promovidas pela parceria capital/Estado encontra-se o empreendedorismo, que se apresenta-se como uma modalidade de trabalho informal amparada na falácia da autonomia, faz com que o sujeito imagine que sendo patrão de si mesmo terá a oportunidade de ascensão social. Esse sujeito trabalhando para si mesmo continua submetido ao mercado, cujas regras são inflexíveis e na prática, revela diariamente o quão desumano é ter o mercado como seu empregador.

O tema empreendedorismo foi tratado no sentido de possibilitar o empoderamento, de forma que os jovens desenvolvam a criticidade quanto ao empreendedorismo no sentido empresarial, considerando que é necessário educar o jovem para esta mudança no mundo do trabalho e não para estabilidade, é preciso prepara-lo para conviver com o risco e aprender com ele, a ter coragem, confiança e capacidade para gerenciar sua própria vida. Transformar o empreendedorismo por necessidade de sobrevivência em oportunidades de negócios é o grande desafio posto ao Estado e as instituições como o SEBRAE, que tem como missão é “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas”.

As discussões relacionadas ao empreendedorismo empresarial conforme divulgado como estratégia capitalista, foram consideradas fundamentais no curso dessa vivência, pois, levaram os jovens a compreensão sobre esta nova realidade, conhecê-la e pensar nos rumos de suas inserções no mundo do trabalho. Os jovens levantaram a questão sobre o empreendedorismo utilizado no Brasil por uma questão de sobrevivência, uma vez que não há trabalho para todos e há necessidade de geração de renda, como alternativa ao desemprego, mundialmente propagada. Alguns desses jovens relataram sobre seus desejos de desenvolver o seu próprio negócio; outros disseram que este não é exatamente seus projetos de vida, contudo, possa ser que por necessidade acabem por se enveredar por este caminho. Uma das jovens relatou sobre seu desejo em abrir um negócio no ramo da alimentação; outra jovem relatou sobre seu desejo de abrir um negócio na área de confecções; outro jovem relatou sobre seus planos de formar um grupo musical e construir um espaço apropriado para treinamentos musicais, e outro relatou sobre seu desejo de montar um espaço de beleza para a prestação de diversos serviços ao público feminino, especializado em cortes de cabelos diversos, atendendo diferentes perfis. Outros jovens, informaram que ainda não haviam pensado no empreendedorismo como forma de trabalho e geração de renda.

Tais discussões foram sendo levantadas pela docente, de forma bastante criteriosa em função da complexidade do tema, instigando-os a formação crítica. Avançando, à medida em que demonstraram interesse e curiosidade pelo tema. Essa troca colaborou ainda na condução da própria docente, por meio da problematização da várias questões levantadas a repensar sobre o comportamento do mundo do trabalho e do trabalhador na atualidade. Nesse sentido é importante que o educador esteja apto a compreensão do uso da pedagogia incentivada por Freire (1996), trata-se do desenvolvimento de uma pedagogia “Problematizadora”, amparada por uma concepção defendida por Gadotti como dialética, onde o “educador e educando aprendem juntos, numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta essa teoria, num processo de constante aperfeiçoamento (GADOTTI, 2001, p. 253).”

Os conceitos e discussões sobre empreendedorismo foi socializado e debatido junto aos jovens, objetivando informar para o mundo do trabalho, para a tomada de decisões e para que se atentem para a complexidade da questão. Considerando que, para a sua produção e reprodução, o capital lança mão de uma força de trabalho excluída do acesso a bens e reservas, os desempregados, que equilibram o valor de mercado desses trabalhadores ocupados considerando a lei da oferta e da demanda. Dessa forma, é necessário que este novo modelo de trabalho e conceito de empreendedorismo destaque todas as ocupações presentes na hierarquia do trabalho social, colaborando ainda para a manutenção do *status quo*, situação está que um trabalhador desavisado dificilmente conseguirá identificar.

Nossa intenção não é afirmar que a prática empreendedora não possa levar ao desenvolvimento econômico e social, a exemplo do caso de um grande investidor que financia com recursos próprios um negócio próprio gerando emprego, renda e contribuindo com a inclusão social, e nem tão pouco afirmar que o empreendedorismo é um caminho para o sucesso profissional. O que se questiona nesse sentido é o empreendedorismo sendo amplamente disseminado como a única ou melhor saída para o sucesso econômico e autonomia. O empreendedorismo, o incentivo ao trabalho supostamente autônomo e a cultura do auto emprego, disseminando a razão empreendedora. São maneiras cruéis de tentar equilibrar os desequilíbrios gerados pelo sistema capitalista e que são necessários a ele.

Visto nessa perspectiva, o sucesso depende exclusivamente do trabalhador, desconsiderando a complexidade da realidade dos modos de organização do trabalho, em que condições e contexto ele está inserido. Assim, o fracasso nesta empreitada significa a incapacidade do empreendedor e não das diversas variáveis que podem resultar no êxito ou fracasso do negócio. Há um abismo que divide os sujeitos empreendedores, de um lado estão os que donos do capital e de outro lado estão os que não acessam as riquezas proporcionadas pelo sistema e lutam diariamente contra a correnteza de um sistema excludente em diversos aspectos. Contudo, teoricamente todos contam com a mesma liberdade e as mesmas possibilidades para alcançar sucesso como empreendedores.

Quanto ao posicionamento dos jovens atendidos por esta atividade, nota-se que as dificuldades crescentes de inserção destes, no mercado de trabalho traz implicações socioeconômicas serias diante das incertezas que enfrentam no período de transição da juventude que certamente compromete seu estado de bem estar individual e social. As transformações estruturais que vem sendo verificadas no mercado de trabalho, sentidas na redução do emprego formal; mudança constante na exigência por qualificação e novas competências, exigindo uma formação continuada e a impossibilidade de se firmar em uma única profissão, causam insegurança de forma geral na classe trabalhadora, contudo, os jovens são os que mais sentem seus impactos.

Desse modo, identificou-se também que os alunos aparentavam-se bastantes reflexivos quanto aos rumos de seus futuros no mundo do trabalho e até mesmo curiosos e eufóricos com as informações acessadas. Assim, compreende-se que o objetivo de promover a educação como meio de liberdade e autonomia foi alcançado.

4 Considerações finais

O papel do professor é de mediação entre o aluno e o conhecimento a ser trabalhado e construído, vislumbrando estratégias de ensino no sentido de direcionar o aluno a aprendizagem, a formação crítica, onde o próprio professor também precisa aprender novamente como ensinar, criando um espaço de troca de experiências e formação simultânea, onde ambos assumem o papel de formador e de aprendiz, onde o aluno tem a oportunidade de acessar valores necessários a cidadania.

Nessa perspectiva, o acesso a informação, trouxe alguns desafios aos jovens, como a compreensão e o significado do trabalho, considerando, a importância de compreender as questões econômicas e sociais que atinge esse público marcado pela exclusão social que dificulta muitas vezes, entre outras questões, o acesso a recursos que podem revelar um caminho possível para as formas de eliminação da desigualdade e exclusão social, apresentando um caminho possível da luta política e busca por autonomia, o que certamente implica também no fortalecimento da sociedade civil e de suas formas plurais de organização, permitindo a emergência de novas identidades e de novas representações em torno da questão social. Contudo, considera-se que o acesso à informação foi fundamental no sentido de possibilitar aos jovens o conhecimento sobre suas possibilidades de atuação, assim, como o seus papéis como disseminadores de informações nos seus espaços de socialização, somando esforços nessa construção do conhecimento.

Tanto a pequena, quanto a grande empresa, vivem à mercê das regras do mercado, contudo, o pequeno empreendedor não possui o aparato necessário para se esquivar das sanções que lhe é imposta. Quando o trabalhador recebe o título de empresário o capital é na maioria das vezes o único que se beneficia desta condição se apropriando do lucro e ainda não se obrigando a lhe oferecer a proteção social, resultado de um processo histórico de lutas dos trabalhadores explorados pelo capital. Em meio a este forte poder de convencimento do capital, o trabalhador não se dá conta que aos poucos ele vai abrindo mão deste direito sem qualquer questionamento.

A ebulição da ideologia empreendedora no capitalismo contemporâneo pode ser vista pela aplicabilidade que suas características principais acessam no contexto de alargamento do desemprego estrutural e da conveniência da continuidade da hegemonia burguesa. Assim, os traços estruturais que fundamentam tal aplicabilidade vem sendo embutidas pelo empreendedorismo por meio da negação de uma sociedade de classes e da valorização máxima do indivíduo e suas capacidades, numa lógica de subjetivação do trabalhador ideal, aguerrido e que faz sua própria história.

Portanto, o incentivo ao empreendedorismo e seu uso enquanto política para garantia de emprego e renda, ocorrem devido a sua essencialidade no processo de dominação social e de acumulação do capital baseada no discurso da necessidade do risco e da inovação nas atividades econômicas perpetradas pelos trabalhadores que, agora, deverão ser responsáveis exclusivos pelo seu próprio sustento. Assim, as formas de exploração são renovadas e reinventadas através da criação de novas categorias de trabalhadores, de modo a garantir a reprodução e reestruturação do capitalismo.

Referências

- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho**: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. (2004). **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, 25(87),18. [Links]
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006,528p. Coleção Mundo do Trabalho.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/Anexo_Palestra_Evento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>. Acesso em 31 jul. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. (2019). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-ecarreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardoantunestrabalhoempreendedorismo.htm>? Acesso em 12 de fevereiro de 2020.
- CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2014, p.77.
- CAMPOS, Adriano; SOEIRO, José. **A falácia do empreendedorismo**. Lisboa: Bertrand, 2016.
- DOLABELLA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOLABELLA, Fernando. **A Urgência do Empreendedorismo**. 2009. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/#/items/20090204153645078>>. Acesso em janeiro de 2020.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
- DELORS, Jaques. **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DORNELAS, José. A. **Empreendedorismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores-Excertos**. 2005. Disponível em:www.escolanet.com.br/teleduc/./9/./Trabalho_principio_educ.doc. Acesso em março de 2020.

-
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, 14(2) 2000.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6. ed. São Paulo, Brasil, 1999.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008. IETS;
- PADILHA, R.C.H.W; GUILHERMETI. P. **Trabalho na universidade: docência no contexto das relações capitalistas**. In: **VI Congresso Internacional Educação**, 06, 2007, Concórdia. Anais... Concórdia: Universidade do Contestado, 2007.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo, 2ª reimpressão. São Paulo, 2005.
- MARX, Karl. A Questão Judaica. In. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Edições 70, 1975. p. 35-63.
- MARX, Karl. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1993 [Links]
- MENEZES, LUIS.CESAR. **Gestão de Projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.
- SALES, Mary V. S. **Educação e contemporaneidade: perspectivas, interfaces e práticas formativas**. In: SALES, Mary V. S. (Org.) **Educação e Contemporaneidade: perspectivas, interfaces e práticas formativas – vol. 3**, Curitiba: CRV, 2017, p. 11-18.
- SEBRAE. São Paulo. **Manual de Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Manual do aluno, 2017. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOSCHRONUS/bdsbds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOSCHRONUS/bdsbds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2019.
- SOARES, Mayana. R; FONTES, Ramon. **Pedagogias Transgressoras**. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019
- TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 7, p. 49-60, 2002.
- TAVARES, Maria Augusta. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. **Revista em Pauta**, v. 16, p. 107-121, 2018.
- THEODORO, Mário. **As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil**. In: RAMALHO, P. Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 91-126.